

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA EM CRUZ ALTA
CURSO GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA - LICENCIATURA**

LAURA PEREIRA FARIAS

**PRÁTICAS DO TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS
NA SALA DE AULA REGULAR: dados do município de Cruz Alta, RS**

CRUZ ALTA

2019

LAURA PEREIRA FARIAS

**PRÁTICAS DO TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS
NA SALA DE AULA REGULAR: dados do município de Cruz Alta, RS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Tatiana Luiza Rech

CRUZ ALTA

2019

LAURA PEREIRA FARIAS

**PRÁTICAS DO TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS
NA SALA DE AULA REGULAR: dados do município de Cruz Alta, RS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.

Aprovado em...../...../.....

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Tatiana Luiza Rech
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs)

Prof. Me. Odilon Antônio Stramare
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs)

Prof.^a Dr.^a Jussara Navarini
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs)

CRUZ ALTA

2019

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha família que sempre me apoiou e incentivou em todos os momentos para que fosse possível seguir em frente e buscar novos conhecimentos e realização pessoal. Sou grata por respeitarem e compreenderem minha ausência em muitos momentos dedicados aos estudos.

Em especial agradeço à minha tia Marlusa, que sempre foi meu exemplo e motivo para dar orgulho. Assim como meus avós, a quem dedico essa conquista acadêmica.

Aos meus professores, pelo saber compartilhado.

À minha orientadora Tatiana Luiza Rech, pelas orientações, paciência e carinho durante essa caminhada acadêmica, para que fosse concluída com sucesso.

À querida pedagoga e amiga Ana Luiza Barbosa Maciel pelos livros e conhecimentos compartilhados. E ao colega Cassiano Molinari pelo apoio durante o curso.

RESUMO

O presente trabalho intitulado “Práticas do Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais na sala de aula regular: dados do município de Cruz Alta, RS”, buscou como objetivo principal fazer uma reflexão sobre as práticas destes profissionais em sala de aula regular da rede pública nos níveis dos Anos Finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio no município de Cruz Alta. Ao encontro disso, este estudo teve como questão-problematizadora: Como os Tradutores Intérpretes da Língua Brasileira de Sinais atuam em sala de aula, com turmas regulares dos Anos Finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, no município de Cruz Alta, RS? A escolha da temática justifica-se por ser uma profissão relativamente nova e, de certa forma, ainda em fase de adaptação, porém muito importante para o processo de inclusão do aluno surdo ou com deficiência auditiva na sala de aula de escolas regulares. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa. Para isso realizou-se um mapeamento com o intuito de pesquisar quais as escolas que estes profissionais atuam, a fim de verificar, como ocorrem as suas práticas no meio educacional. Inclusive, foi realizada uma análise acerca da legislação referente a essa nova profissão. Os sujeitos participantes da pesquisa foram 04 (quatro) Tradutoras Intérpretes da Língua Brasileira de Sinais. Essas profissionais atuavam no ambiente escolar de ensino regular desde o Ensino Fundamental ao Ensino Médio, tanto em escolas municipais quanto estaduais. Dando prosseguimento as etapas da pesquisa, como instrumento de coleta de dados foram utilizados questionários semiestruturados aos sujeitos dessa investigação. Após o recebimento dos questionários, as respostas foram organizadas por meio de exercícios analíticos. A pesquisa possibilitou compreender como ocorrem as práticas do profissional Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais nas escolas pesquisadas, onde esse profissional tem um trabalho muito importante para a inclusão do aluno surdo na escola regular, sendo assim, é considerado instrumento de mediação na comunicação e, consecutivamente, indispensável nos processos de ensino e de aprendizagem. A formação desse profissional, bem como suas funções estão asseguradas e regulamentadas por lei e suas práticas são importantíssimas no meio educacional, especialmente em situações de adaptação, mas dependem do conhecimento e aceitação da comunidade escolar para que tenha resultados positivos e satisfatórios no processo de inclusão.

Palavras-chave: Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais. Língua Brasileira de Sinais. Surdos. Educação Inclusiva. Escola regular.

ABSTRACT

The present work entitled "Brazilian Sign Language Translator and Interpreter Practices in the Regular Classroom: Data from the Municipality of Cruz Alta, RS", aimed to reflect on the practices of these professionals in the regular classroom of the network. at the levels of the final years of elementary school and high school in the municipality of Cruz Alta. As a result, this study had as its problematic question: How do Brazilian Sign Language Interpreters Translators act in the classroom, with regular classes of the Final Years of Elementary and High School, in Cruz Alta, RS? The choice of the theme is justified because it is a relatively new profession and, in a way, still in the adaptation phase, but very important for the inclusion process of deaf or hard of hearing students in the regular schools classroom. Methodologically, it is a qualitative research. For this, a mapping was carried out in order to research which schools these professionals operate, in order to verify how their practices in the educational environment occur. In addition, an analysis was made about the legislation regarding this new profession. The participants of the research were 04 (four) Interpreters of the Brazilian Sign Language. These professionals worked in the regular school environment from elementary to high school, in both municipal and state schools. Continuing the research steps, as a data collection instrument were used semi-structured questionnaires to the subjects of this investigation. After receiving the questionnaires, the answers were organized through analytical exercises. The research made it possible to understand how the practices of the professional Brazilian Sign Language Translator and Interpreter occur in the researched schools, where this professional has a very important work for the inclusion of the deaf student in the regular school, thus being considered a mediation instrument in communication. and consecutively indispensable in the teaching and learning processes. The training of these professionals, as well as their functions are guaranteed and regulated by law and their practices are very important in the educational environment, especially in situations of adaptation, but depend on the knowledge and acceptance of the school community to have positive and satisfactory results in the inclusion process. .

Keywords: Brazilian Sign Language Translator and Interpreter. Brazilian Sign Language. Deaf Inclusive education. Regular school.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Sobre a formação acadêmica.....	38
Quadro 2 - Público contemplado.....	40
Quadro 3 - Prática em sala de aula.....	42
Quadro 4 - Planejamento.....	43
Quadro 5 - Tradução e Interpretação em Atividade Avaliativa.....	45
Quadro 6 - Recursos em sala de aula.....	47
Quadro 7 - Integração TILS/surdo/ouvinte.....	48
Quadro 8 - Integração fora do ambiente escolar.....	49

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

9ªCRE	9ª Coordenadoria Regional de Educação
AEE	Atendimento Educacional Especializado
CNH	Carteira Nacional de Habilitação
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FENEIS	Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos
INES	Instituto Nacional da Educação de Surdos
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
LP	Língua Portuguesa
PNEE	Política Nacional de Educação Especial
PPP	Projeto Político-Pedagógico
SME	Secretaria Municipal de Educação
SRM	Sala de Recursos Multifuncionais
TILS	Tradutor e Intérprete de Línguas de Sinais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 HISTÓRIA DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	15
2.2 TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS – TILS	19
2.3 CULTURA E IDENTIDADE SURDA E ASPECTOS DA LIBRAS	23
2.4 O PROFISSIONAL TILS COMO PEÇA-CHAVE NO PROCESSO DE INCLUSÃO	28
3 METODOLOGIA	33
3.1 TIPO DE ESTUDO	33
3.2 SUJEITO DE ESTUDO	33
3.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	34
3.4 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS	34
3.5 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DOS DADOS.....	34
3.6 PROCEDIMENTO ÉTICOS.....	35
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	36
4.1 PERFIL DOS SUJEITOS DE PESQUISA	38
4.2 AS PRÁTICAS APRESENTADAS:.....	41
4.3 INTER-RELAÇÕES.....	48
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	54
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO	58

1 INTRODUÇÃO

Para iniciar é importante trazer a *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*, que em seu artigo 6, cita que a educação¹ é um direito social e fundamental² de todos os brasileiros. Explicando em outras palavras, todo e qualquer cidadão brasileiro, perante a lei, tem o direito de ter acesso a uma educação básica e de qualidade. Partindo dessa ideia, é importante acrescentar que, a Carta Magna, no artigo 3, inciso IV, destaca que um de seus objetivos fundamentais é “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988, p. 1). Pois “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...]” (BRASIL, 1988, p. 2). Por isso, a escola tem a atribuição e o objetivo de incluir a todos, sem discriminação e sem diferença com os alunos que apresentam alguma deficiência ou não.

Ao olhar para o campo da educação, vemos que a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)*, Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, apresenta como garantia a entrada e a permanência de “todos” os alunos na escola regular. É importante observar que a palavra “todos” se refere a todos os estudantes com ou sem deficiência, pois, todas as pessoas apresentam dificuldades e necessidades diferentes enquanto aprendem.

Nesse mesmo sentido, a *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva*, de 2008, tem como objetivo de garantir “[...] o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares [...]” (BRASIL, 2008, p. 10). A partir disso, este documento aponta como público-alvo das políticas de inclusão na escola regular os alunos “[...] com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação” (BRASIL, 2008, p. 8), garantindo dentre as

¹ A educação é vista como um [...] direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, p. 87).

² A partir do que nos mostram as autoras Ana Luiza Barbosa Maciel e Tatiana Luiza Rech (2018), “pensar a Educação Inclusiva como sendo um “direito fundamental” é partir do pressuposto de que todos têm assegurado o direito à educação regular, independentemente de suas características individuais”. (MACIEL; RECH, 2018, p. 82).

acessibilidades, a acessibilidade na comunicação e informação. Abrindo assim, espaço na sala de aula para outros profissionais além do licenciado.

Tendo em vista, este direito constitucional que é a educação, o sistema educacional deve ser inclusivo em todos os âmbitos, garantindo assim condições de permanência do educando prezando por uma educação digna e igualitária, para isso se fazem necessárias adaptações no espaço físico e nos processos de ensino e de aprendizagem, bem como o respeito e aceitação de todas as diferenças.

Nesse contexto, o aluno com surdez tem o direito de frequentar e permanecer na escola, desde a Educação Infantil e, conseqüentemente, ser atendido no Atendimento Educacional Especializado (AEE), na Sala de Recursos Multifuncional (SRM). É importante colocar que este aluno tem o direito de ter um acompanhamento do Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais (TILS) no âmbito escolar. Além da implantação da Língua Brasileira de Sinais (Libras), os ambientes escolares devem ser estimuladores, desafiando-o a ir além, de modo que este aluno explore suas capacidades e vença as barreiras diárias.

Embora ainda pouco conhecido, o Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais (Libras) é o profissional qualificado para traduzir e interpretar dominando a língua de sinais e a língua materna do país, no caso do Brasil, trata-se da Língua Brasileira de Sinais como primeira língua para os Surdos e da Língua Portuguesa (LP) como segunda língua. Seguindo essa perspectiva, a autora Ronice Müller de Quadros (2004) afirma que, é preciso ter domínio dos processos, modelos, estratégias e técnicas para poder realizar a interpretação e tradução da língua falada para a língua sinalizada e vice-versa de acordo com os princípios éticos: confiabilidade e sigilo profissional; imparcialidade, não dando opiniões próprias; discrição; considerando a necessidade de manter a distância profissional (separando a vida pessoal da profissional); e fidelidade (QUADROS, 2004), pois o intérprete não pode alterar a informação

É importante colocar que, a definição do termo “TILS educacional” é remetida àquele profissional, mais especificamente, o Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais na educação, profissional que atua dentro da sala de aula. Em virtude disso, atualmente, no campo educacional, o TILS se encontra cada vez mais requisitado, e trabalha através de práticas voltadas à inclusão de surdos nas escolas regulares.

Partindo desse pressuposto, o presente estudo justifica-se em torno da importância e da valorização desse profissional que, para atuar na área da

educação, deve intermediar as relações entre o aluno surdo, professores e seus colegas ouvintes. Continuando com as ideias de Quadros (2004), o papel do Tradutor e Intérprete, muitas vezes, é equivocadamente confundido com o do professor, e isso têm levado à “[...] criação de um código de ética específico para quem trabalha com a Língua Brasileira de Sinais [...]” (QUADROS, 2004, p. 28) na sala de aula. A fim de pensar sobre essas questões, se tornou relevante pesquisar as práticas construídas pelos TILS considerando o nível de ensino que eles atuarão, bem como o auxílio que recebem dos professores, além de verificar o tempo e a participação dos alunos em sala de aula.

Dando continuidade ao contexto, no Brasil, a *Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002*, reconhece a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão, já que ela apresenta sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, o que constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos. Por meio desta mesma Lei, tão importante em nosso país, é assegurada a importância da Libras no Brasil, já que se trata de uma língua e não de uma linguagem.³

Cabe enfatizar que, a Libras possui “estrutura gramatical própria”, não é uma versão sinalizada do português ou um português sinalizado, pois possui parâmetros linguísticos próprios e regras gramaticais próprias, é de modalidade “viso-espacial” (BRASIL, 2002), diferente da modalidade oral-auditiva utilizada por pessoas ouvintes.

Esta investigação surgiu da necessidade de responder o seguinte questionamento: Como os Tradutores Intérpretes da Língua Brasileira de Sinais atuam em sala de aula, com turmas regulares dos Anos Finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, no município de Cruz Alta, RS?

Sendo assim, o estudo objetivou mapear as escolas pertencentes à rede municipal e à rede estadual de ensino do município de Cruz Alta, RS, mais especificamente as escolas com ensino nos Anos Finais do Ensino Fundamental e com o Ensino Médio, que possuam alunos surdos ou com deficiência auditiva incluídos em sala regular. Tal mapeamento visou contabilizar o número de alunos surdos ou com deficiência auditiva incluídos no município e, ainda, identificar o local de trabalho dos Tradutores Intérpretes. Através disso, buscou-se também verificar

³ No decorrer do estudo essa questão será mais bem discutida.

algumas das práticas desenvolvidas pelo profissional TILS de Libras na escola regular, bem como fazer um levantamento acerca da legislação referente à Libras.

Em relação à abordagem metodológica, a pesquisa é de caráter qualitativo, pois não está interessada apenas na quantidade de dados a serem analisados, mas nas recorrências que poderão ser encontradas nos mesmos. Como procedimento metodológico, primeiramente, a coleta de dados se deteve na busca pelo mapeamento, a fim de localizar escolas da rede municipal e estadual onde houvesse alunos surdos ou com deficiência auditiva incluídos em sala de aula regular com auxílio do TILS de Libras. Após a localização das escolas, foi realizada a aplicação de um questionário, com perguntas fechadas e abertas direcionadas aos Tradutores Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais. Por fim, realizou-se a discussão e análise das respostas dos sujeitos pesquisados com base na pesquisa qualitativa e na fundamentação teórica que subsidiou esta pesquisa.

Esse estudo está organizado em 5 (cinco) capítulos, sendo o primeiro uma breve introdução que engloba a justificativa e os objetivos. No segundo capítulo, apresenta-se a sustentação teórica da pesquisa, trazendo no referencial autores que se especializaram na área e/ou desenvolvem estudos pertinentes com a temática. No terceiro capítulo, será apresentada a parte metodológica do estudo, seguida da discussão que engloba os resultados no quarto capítulo e, por fim, no quinto capítulo, as conclusões, seguidas das referências utilizadas e apêndices.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo serão abordadas algumas discussões relacionadas com a temática escolhida, a fim de possibilitar uma maior compreensão do leitor a respeito das práticas do Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais dentro sala de aula regular. Assim, este capítulo foi dividido em quatro subtítulos: “História da Língua Brasileira de Sinais”, “Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais”, “Cultura e identidade surda” e, por fim, “O profissional TILS como peça-chave no processo de inclusão”.

A seguir, a diferença dos termos surdo e deficiente auditivo na perspectiva orgânica versus cultural surda, e a constituição da Língua Brasileira de Sinais através do empenho de muitos pesquisadores dos quais estudos passaram por influência de outras Línguas de sinais, principalmente a Língua de Sinais Francesa. Salientando que a Libras, por ser uma Língua recente, está em constante modernização, adquirindo novos sinais, ou seja, em constante formação. Oficializou-se como Língua materna da comunidade surda e, posteriormente, foi oficializada como a segunda Língua para os Surdos em nosso país.

2.1 HISTÓRIA DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

As nomenclaturas surdo e deficiente auditivo do ponto de vista orgânico são sinônimos para qualquer perda auditiva em um ouvido ou ambos, assim, para as pesquisadoras Cláudia Bisol e Carla Valentini (2011), encontram-se divididos os níveis de perda auditiva nos seguintes graus: Leve, Moderado, Severo ou Profundo. Todavia, pela perspectiva histórica cultural, *surdo* é aquela pessoa que utiliza uma língua de sinais e valoriza a sua história e cultura.

E ainda, de acordo com o Decreto Nº 5.626/2005 no parágrafo único, considera pessoa com deficiência auditiva “[...] a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz” (BRASIL, 2005).

No entanto, as pessoas com deficiência auditiva são aquelas que utilizam um aparelho auditivo e/ou não se identificam com a cultura e a comunidade surda. (BISOL, 2011). Ao encontro disso, a autora também salienta que o termo *surdo-mudo* já está em desuso, pois nem todo surdo é mudo.

De acordo com o estudo de Ronice Quadros (2004), que pesquisou e organizou marcos históricos da criação e evolução da Libras e das comunidades surdas, os seguintes acontecimentos merecem destaque: no Brasil o atendimento às pessoas com deficiência teve início no período do Império; em 1857, fundou-se o Instituto dos Surdos Mudos, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos (INES), localizado no Rio de Janeiro, RJ. A autora ainda destaca que as primeiras associações de surdos surgiram por volta do século XVIII e tinham objetivo social, onde o sujeito surdo tinha como finalidade ajudar a outros, participando e compartilhando os mesmos interesses comuns como costumes, histórias e tradições.

A partir dos anos 2000 a educação para surdos passou a ter uma grande notoriedade e, também, teve a necessidade de contar com mais profissionais de forma regulamentada. No mesmo período, entrou em vigor a Lei de Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, a qual estabelece a questão da acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Na mesma lei, ficou expresso nos artigos 18 e 19, a necessidade de ter um Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais (TILS) para assegurar o acesso da pessoa surda aos demais espaços públicos. Isso, com a intenção de implementar a formação desse profissional e padronizar os meios de comunicação de sons e imagens, a fim de disponibilizar a mesma informação que os ouvintes recebem, de maneira a garantir a acessibilidade dos locais.

No ano de 2002, a Lei Nº 10.436 reconheceu a Libras como língua e como descrito no parágrafo único, do artigo primeiro, entende-se como Libras a livre expressão de suas emoções, cultura, opinião e comunicação oriundas de comunidades surdas do Brasil, com sistema linguístico de natureza visual-motora que possui estrutura gramatical própria.

A Lei trata em seu segundo artigo sobre o apoio, uso e difusão da Libras como meio de comunicação objetiva e de uso corrente das comunidades surdas do Brasil. No artigo seguinte, refere-se às instituições públicas de saúde, as quais devem garantir atendimento e tratamento adequado de acordo com as normas legais.

Por fim, a lei orienta sobre a inclusão da Libras no sistema educacional público em nível médio e superior:

Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente.

Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa. (BRASIL, 2002).⁴

Após essa lei ser posta em vigor, o movimento das comunidades surdas do Brasil ganhou, além do reconhecimento e respeito, mais forças para continuar crescendo e pondo em prática seus direitos.

Para regulamentar a Lei 10.436 de 24 de abril de 2002, e o Art.18 da Lei 10.098 de 19 de dezembro de 2000, foi homologado o Decreto Nº 5.626 em 22 de dezembro de 2005 que considera: “pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo através de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais” (BRASIL, 2005) e considera pessoa deficiente auditiva aquela que tenha “perda bilateral, parcial ou total de quarenta e um decibéis (dB) ou mais” (BRASIL, 2005). Também orienta e exige a necessidade do profissional TILS presente nas salas de aula na educação básica, como no Ensino Superior e demais modalidades educativas.

O Decreto Nº 5.526/05, em seu primeiro capítulo, decreta que a Libras deve ser disciplina obrigatória nos cursos de licenciatura e magistério tanto em instituições públicas como privadas e nos demais cursos constituir-se-á em disciplina optativa.

No capítulo IV estabelece que deverá ser ofertado, obrigatoriamente, aos surdos desde a Educação Infantil, o ensino da Libras como primeira língua e da Língua Portuguesa (LP) como segunda língua. Bem como disponibilizar Tradutor e Intérprete de Libras – LP, professor ou instrutor de Libras, apoiar na comunidade surda o uso e difusão da Libras. Desenvolver mecanismos de avaliação alternativos e coerentes a necessidade desse aluno. (BRASIL, 2005).

Nos demais capítulos do Decreto encontram-se algumas garantias dos direitos das pessoas surdas e da formação do professor e instrutor de Libras bem como a formação do Tradutor e Intérprete de Libras, os quais serão apresentados num próximo capítulo desta pesquisa.

No Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de

⁴ As citações literais em recuo são fiéis as publicações dos autores.

outubro de 2007, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, destaca além de alguns marcos históricos e normativos da Educação Especial, um breve diagnóstico da mesma.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo garantir o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos pertencentes à Educação Especial na educação regular, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais dos mesmos garantindo:

Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; Atendimento educacional especializado; Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino; Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar; Participação da família e da comunidade; Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; e Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (BRASIL, 2008).

Seguindo a análise do Documento encontram-se as diretrizes da Política garantindo o serviço de estimulação precoce desde o nascimento até os 3 (três) anos de idade, assim como o acesso à Educação Infantil e demais etapas da Educação Básica, da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e ainda no Ensino Superior. Referente ao ingresso do aluno surdo, a escola passa a ser adepta da educação bilíngue, pois:

Para o ingresso dos alunos surdos nas escolas comuns, a educação bilíngue – Língua Portuguesa/Libras desenvolve o ensino escolar na Língua Portuguesa e na língua de sinais, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua na modalidade escrita para alunos surdos, os serviços de tradutor/intérprete de Libras e Língua Portuguesa e o ensino da Libras para os demais alunos da escola. O atendimento educacional especializado para esses alunos é ofertado tanto na modalidade oral e escrita quanto na língua de sinais. Devido à diferença linguística, orienta-se que o aluno surdo esteja com outros surdos em turmas comuns na escola regular. (BRASIL, 2005).

Dessa forma a atuação de profissionais com conhecimentos específicos no ensino da Libras e LP torna-se peça principal na educação. Assim como, o professor deve estar consciente que a avaliação desse aluno surdo deve passar por adaptações de acordo com suas necessidades. Dessa forma, a Política de 2008, em suas Diretrizes, afirma que “no processo de avaliação o professor deve criar estratégias considerando que alguns alunos podem demandar aplicação do tempo

para a realização dos trabalhos e o uso da língua de sinais”, sendo de responsabilidade do sistema de ensino disponibilizar o TILS e Guia-intérprete.

No censo apresentando pela Política, seus gráficos apresentam que no ano de 2006, houve um grande aumento de matrículas em escolas especializadas e classes especiais, bem como um grande aumento de pessoas com deficiência matriculadas em escolas regulares/classes comuns. Neste público, encontram-se os alunos surdos e a grande crescente necessidade do profissional TILS educacional.

E, por fim, somente em 1º de setembro de 2010 foi publicada a Lei nº 12.319 reconhecendo e regulamentando oficialmente o profissional Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais com categoria trabalhista. Para dar mais aprofundamento sobre a temática da prática do Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais, a seguir veremos mais informações sobre o TILS.

2.2 TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS – TILS

O profissional Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais no Brasil teve origem com atividades voluntárias. Ronice Quadros (2004) apresenta em sua obra que, inicialmente, esses voluntariados ocorreram por volta de 1980 em cultos religiosos e que, aos poucos, o voluntário Tradutor e Intérprete foi sendo valorizado, através da luta da comunidade surda para que o surdo pudesse conquistar e usufruir de seus direitos de cidadão. A valorização do TILS se concretizou, principalmente, após a Libras ter sido reconhecida legalmente.

A presença de TILS em trabalhos religiosos teve como referência o país da Suécia onde iniciou-se por volta do final do século XIX, e dessa mesma forma surgiu no Brasil. Quadros (2004) em sua obra, registrou que no mesmo período, na década de 1980, a partir do voluntariado de Tradutores e Intérpretes, surgiu então a atual Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS⁵), que realizou o *I Encontro Nacional de Intérpretes de Língua de Sinais* possibilitando assim, o intercâmbio entre Intérpretes brasileiros. O evento, também, possibilitou a discussão sobre a ética profissional do TILS brasileira. No segundo evento ocorrido em 1992

⁵ A FENEIS é filantrópica, sem fins lucrativos. Tem como finalidade defender os direitos da comunidade surda brasileira, principalmente direitos educacionais, assistenciais, culturais e de saúde. Também é referência no trabalho de Tradução e Interpretação da Libras. A FENEIS é filiada à Federação Mundial dos Surdos, tem ramificações por todo o Brasil em sedes regionais.

fundou-se, então, o regimento interno do Departamento Nacional de Intérpretes. E após esses eventos, passou a acontecer encontros estaduais concretizando-se através de sedes regionais e estaduais de Tradutores e Intérpretes de Libras.

Também, encontram-se registros da presença de Tradutores Intérpretes da Língua de Sinais no Brasil, na obra de Emeli Leite (2005, p. 37) com referência à biblioteca do INES:

A presença de intérprete, na mediação entre surdos e ouvintes, deve ser tão antiga quanto a existência das pessoas surdas pelo mundo. Aqui, no Brasil, temos notícia da convocação oficial de intérprete, por órgão judicial, ao então Instituto Nacional de Surdos-Mudos, ainda no final do século XIX, conforme documentos existentes na biblioteca do Instituto Nacional de Educação de Surdos.

Com a publicação da Lei nº 12.319 de 2010, o Tradutor e Intérprete passou a ser reconhecido como profissional ganhando classe trabalhista e regulamentando a profissão. De acordo com a Lei, o TILS terá competência para realizar a interpretação das duas línguas de maneira simultânea ou consecutiva, proficiência em tradução, interpretação da Libras e da LP, bem como deverá exercer a função com rigor técnico, zelando pelos valores éticos, respeito à pessoa surda e sua cultura. De acordo com o Artigo 7º é indispensável a honestidade e discrição, protegendo o direito de sigilo da informação recebida, ser imparcial e fiel ao que lhe couber traduzir e interpretar, assim como ter postura e conduta adequada aos ambientes que por exercício da profissão, terá que frequentar, ser livre de qualquer preconceito, e saber sempre que o direito de expressão é um direito social independente.

A Lei ainda regulamenta sobre a formação do TILS – LP, em nível médio, a qual será realizada por meio de:

I - Cursos de educação profissional reconhecidos pelo Sistema que os credenciou; II - cursos de extensão universitária; e III - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação. Parágrafo único. A formação de tradutor e intérprete de Libras pode ser realizada por organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por uma das instituições referidas no inciso III. (BRASIL, 2010).

Conforme o previsto na legislação, desde o ano de 2015, passou a ocorrer anualmente o exame nacional de proficiência em Tradução e Interpretação de Libras

– LP. A realização é dada por meio de uma banca examinadora composta por docentes surdos, linguistas e TILS de Libras de instituições de Educação Superior.

O Decreto nº 5.626 de 2005, no Capítulo V, trata da formação do Tradutor e Intérprete de Libras, que poderá ser por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras – LP, ou em nível médio por meio de curso de educação profissional; curso de extensão universitária; e curso de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por secretarias de educação. E de acordo com os incisos do Artigo 19, o profissional ouvinte que aprovado perante o exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação, também, poderá atuar como TILS

O Art. 6º da Lei nº 12.319/10 descreve as atribuições do TILS de Libras, as quais devem ser cumpridas, coerentemente, para que haja fluência na comunicação. Assim, são atribuições do TILS de Libras:

I - efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa; II - interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares; III - atuar nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino e nos concursos públicos; IV - atuar no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim das instituições de ensino e repartições públicas; e V - prestar seus serviços em depoimentos em juízo, em órgãos administrativos ou policiais. (BRASIL, 2010).

O Tradutor e Intérprete de Libras – LP tem a função de traduzir e interpretar, para o aluno surdo, toda a informação disponibilizada pelo professor, também tudo o que ocorrer durante o período em que está atuando. Afirma Heloisa Salles (2004), que o TILS na esfera educacional além do conhecimento linguístico da língua de sinais, ele, também, necessita ter o conhecimento pedagógico para poder transmitir as informações de forma clara para o aluno. Salientando que ele não é um professor exclusivo desse aluno e, sim, um apoio ao professor regente da sala ou da disciplina. Cabe ao TILS educacional, orientar a equipe escolar em como atender esse tipo de público, sendo um profissional apto nas duas habilidades, ou seja, na fluência das línguas quanto na área educacional.

Dentro da sala de aula deve-se considerar que o espaço pertence ao professor e aos alunos. Quando há a presença do profissional Tradutor e Intérprete

de Libras, essa participação deve ser de mediação na comunicação, pois essa profissão relativamente nova no meio educacional causa algumas dúvidas referentes a sua função. Por mais que as atribuições do TILS de Libras estejam regulamentadas em leis e decretos, ainda falta conhecimento da comunidade escolar, para melhor desenvolver os processos de ensino e aprendizagem do aluno surdo.

Sobre isso Santos et al. (2010, p. 3) destaca que:

A falta de conhecimento da equipe pedagógica da escola sobre o papel do TILS faz com que alguns equívocos aconteçam. Às vezes lhes é delegado o papel de professor dos alunos surdos, quando deveria ser visto apenas como instrumento de comunicação. Nossa experiência em sala de aula nos remete a uma realidade cada vez mais diferente. Atuamos com alunos em níveis linguísticos totalmente diferentes, sendo que uns sabem ler e escrever, outros nem sempre. O professor confia a nós a responsabilidade de ensinar os alunos surdos, quando na realidade somos apenas mediadores do ensino. Para isso estudamos muito, estamos em constante aperfeiçoamento linguístico e, principalmente, buscando meios de facilitar o processo de ensino-aprendizagem dos surdos. Ainda há casos em que a escola acredita que a responsabilidade do ensino é apenas do intérprete”.

Cabe ressaltar que um dos principais desafios do TILS educacional está em saber como mediar a comunicação, auxiliar para que a informação seja internalizada e transformada em conhecimento pelo aluno, sem substituir a função do professor.

Na visão de Salles et al. (2004), o que o TILS deve interpretar são as falas dos professores, palestrantes, colegas, avisos durante as aulas; interações paralelas entre as pessoas; situações inusitadas; interferências internas e externas sempre que necessário. Além disso, quando o aluno solicitar explicação do conteúdo apresentado, o TILS deve traduzir para o professor a pergunta do aluno, interpretando para o aluno, a explicação dada pelo professor, pois sua função não é docência, já que o Intérprete não dá aula, ele interpreta o conteúdo para o aluno, e intermeia as conversações. É de responsabilidade do professor repassar ao intérprete o material e conteúdo a ser trabalhado, para que o TILS possa melhor preparar-se e interpretar o conteúdo ao aluno, usando recursos quando necessário disponibilizando um sinalário, mais completo e diversificado, referente ao conteúdo. Durante a interpretação é comum o surdo solicitar esclarecimento sobre um sinal desconhecido. Neste sentido, normalmente o TILS explica o significado do referido sinal ou palavra, por meio do alfabeto manual ou sinônimos.

A mediação realizada pelo Tradutor e Intérprete de Libras entre surdos e ouvintes é indispensável para a comunicação concreta, por isso, é tão importante deixar muito bem esclarecido que o Tradutor e Intérprete de Libras faz, expressamente, a tradução e interpretação. Não é de responsabilidade desse profissional discorrer sobre o assunto em questão, pois, esse profissional atua em muitas áreas e em muitas delas não tem conhecimento profundo do que está traduzindo ou interpretando, justificando assim, o motivo de necessitar com antecedência o conteúdo que irá trabalhar, de modo que possa ter segurança que seu sinalário esteja de acordo.

A oficialização da Libras e o reconhecimento do TILS com profissional foram um grande passo para a comunidade surda, pois prevê TILS em escolas, hospitais, repartições públicas, estabelecimentos comerciais, espaços públicos ou privados. Educadores devem repensar suas políticas educacionais e (re)descobrir suas funções, pois a cultura surda constitui um cenário multicultural, onde não existe o melhor ou o pior e, sim, existem apenas diferenças.

Então, pode-se dizer que, todos os indivíduos constituem as suas identidades, conforme o seu contexto social e, por razão disso, a pessoa com surdez irá interagir mais dentro do grupo de convívio. Com o intuito de continuar a conversa, no próximo subtítulo será abordado sobre a cultura e identidade surda, evidenciando alguns aspectos da Língua Brasileira de Sinais.

2.3 CULTURA E IDENTIDADE SURDA E ASPECTOS DA LIBRAS

Nesse subtítulo trago como principal referência a obra intitulada “Ensino de Língua Portuguesa para surdos caminhos para a prática pedagógica” de autoria de Heloísa Salles, obra que compõe o Programa Nacional de Apoio a Educação dos Surdos. Destacando a seguinte frase: “Quebrar o paradigma da deficiência é enxergar as restrições de ambos” (SALLES, 2004, p. 38), entende-se que a surdez é apenas mais um aspecto da diversidade humana e cada um tem seu jeito de ver o mundo, um “jeito ouvinte de ser, um jeito surdo de ser, um jeito cego de ser” (SALLES, 2004, p. 39), e entre tantos outros jeitos de ser, pois tudo é questão do mero ponto de vista.

Pessoas surdas e pessoas ouvintes⁶ vivem e interagem no mesmo espaço físico, dessa maneira acabam compartilhando hábitos e costumes comuns do dia a dia, mesclando assim, alguns aspectos da cultura e comunidade surda no meio ouvinte, e vice-versa. Isso também, acontece porque essas duas culturas, não tão diferentes assim, estão sob as demais culturas do país e da região em que se encontram, para os ouvintes dizemos que há sotaque na entonação da voz e jeito de falar de acordo com a região, para os surdos esse regionalismo também acontece, na Língua Brasileira de Sinais, também há regionalismo, sotaques e gírias que diferem de acordo com a região que a comunidade está inserida.

Para se ter uma cultura é necessário, que os indivíduos tenham identidades, identifiquem-se com “coisas” em comum. E cada indivíduo assume uma determinada identidade. Ao encontro disso, para a autora Gladis Perlin (1998) afirma que a identidade pode ser definida como:

- Identidade flutuante, na qual o surdo se espelha na representação hegemônica do ouvinte, vivendo e se manifestando de acordo com o mundo ouvinte;
- Identidade inconformada, na qual o surdo não consegue captar a representação da identidade ouvinte, hegemônica, e se sente numa identidade subalterna;
- Identidade de transição, na qual o contato dos surdos com a comunidade surda é tardio, o que os faz passar da comunicação visual-oral (na maioria das vezes truncada) para a comunicação visual sinalizada - o surdo passa por um conflito cultural;
- Identidade híbrida, reconhecida nos surdos que nasceram ouvintes e se ensurdecaram e terão presentes às duas línguas numa dependência dos sinais e do pensamento na língua oral;
- Identidade surda, na qual ser surdo é estar no mundo visual e desenvolver sua experiência na Língua de Sinais. Os surdos que assumem a identidade surda são representados por discursos que os veem capazes como sujeitos culturais, uma formação de identidade que só ocorre entre os espaços culturais surdos. (PERLIN, 1998 p. 41).

Sendo assim, alguns autores afirmam que os surdos têm uma forma peculiar de apreender sobre o mundo e seus valores.

No seu Trabalho de Conclusão de Curso Karim Strobel (2009) afirma que o motivo para o surgimento das associações de surdos e continuidade das mesmas é a preferência do surdo em socializar com igual, ou seja, outras pessoas que usem a Libras para se comunicar e assim, compartilhem os problemas e histórias semelhantes, fortalecendo suas identidades e trazendo-lhes segurança.

⁶ Termo usado para se referir as pessoas que não são surdas.

O contato surdo/surdo busca afirmar sua identidade, relacionando-se com iguais em comunidade, a fim de discutir seus direitos plenos de cidadãos brasileiros. Essas comunidades procuram conquistar um espaço, onde sejam realmente reconhecidas em sua cultura e língua materna. Heloisa Salles destaca a FENEIS como o principal espaço conquistado pela comunidade surda:

No Brasil, a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS) é um dos espaços conquistados pelos surdos, onde partilham ideias, concepções, significados, valores e sentimentos, que emergem, também, no Teatro Surdo, no Humor Surdo, na Poesia Surda, na Pintura Surda, na Escultura Surda e assim por diante - manifestações culturais e artísticas, sem a interferência de ouvintes, que refletem peculiaridades da Visão Surda do mundo e envolvem questões de relacionamento, educação, entre outras. (SALLES, 2004, p. 42).

Em várias capitais do Brasil há festivais, congressos e seminários da comunidade surda, que são abertos para ouvinte, muitos destes eventos têm como datas próximas ao dia nacional do surdo, comemorado no dia 26 de setembro de acordo com a Lei 11.796/08, em homenagem à fundação do INES. A comunidade surda considera o mês de setembro como “setembro azul⁷”, pois nesse mês são organizadas diferentes atividades, a fim de valorizar a comunidade surda.

Para auxiliar a comunicação entre surdos ou entre surdo e ouvinte surgiram muitas tecnologias. Sinalização luminosa para substituir as campainhas, alarme de segurança, detector de choro de bebê, relógio despertador que, além de luzes tem alarme vibratório, também, as legendas e os profissionais TILS nos esportes, para substituir os apitos, atuam com acenos. Essas são apenas algumas das mudanças e adaptações que a comunidade surda conquistou, principalmente, os recursos tecnológicos nos quais há novidades diariamente, como *softwares* e aplicativos celulares de mensagem de texto e ligações de vídeo, bem como aplicativos que transformam áudio em texto. Porém muitos desses recursos só são acessíveis aos surdos que foram alfabetizados também na LP.

⁷ A simbologia vem da Segunda Guerra Mundial quando, durante a tentativa dos nazistas de livrar o mundo daqueles considerados “inferiores”, todas as pessoas com deficiência eram identificadas por uma faixa azul no braço — o que incluía a população surda. Décadas depois, em 1999, a fita azul voltou a ser usada pela Comunidade Surda, mas agora como um símbolo do orgulho de ser surdo e fazer parte de uma população com uma história riquíssima. No XIII Congresso Mundial da Federação Mundial de Surdos sediado na Austrália, a Cerimônia da Fita Azul (Blue Ribbon Ceremony) teve lugar. A Cerimônia foi uma lembrança e uma homenagem aos surdos vítimas de opressão e, também, a primeira vez que a fita azul foi utilizada com orgulho. O Dr. Paddy Ladd, também surdo, foi quem iniciou a prática do uso da fita azul como símbolo do movimento.

Ainda sobre a obra de Salles (2004), estima-se de apresentar algumas adaptações em jogos e brincadeiras do dia a dia. A brincadeira de telefone sem fio, acontece em fila indiana, a pessoa que dita a frase ou palavra ocupa a última posição na fila, cutuca o participante à sua frente, o qual se vira e vê a frase falada em língua de sinais, em seguida, este cutuca o participante seguinte na fila, o qual se vira e repete a frase que lhe foi passada. Assim, sucessivamente, repete-se a frase até o final da fila, quando o último repete a todos a frase que recebeu, nem sempre esse repete a frase que fora criada no começo da brincadeira. A oração do Pai-Nosso, enquanto ouvintes se dão as mãos, os surdos unem seus pés para poderem partilhar em “voz alta” (em Libras) a oração universal do cristianismo.

A Libras é considerada uma Língua viva, por estar em constante movimento, adquirindo novos sinais e deixando de usar outros. A obra de Eduardo Felten (2014) o autor estuda as análises linguísticas de Quadros e Karnopp, publicada em 2004 e atualmente, é considerada uma obra de referência.

Felten (2014), apresenta em seu estudo citado acima um compêndio dos Parâmetros fonológicos na Libras, na qual a estrutura gramatical é composta por regras e parâmetros linguísticos. Um sinal para ser válido na Libras precisa atender aos parâmetros primários que são: Configuração de Mãos (CM), Ponto de Articulação (PA), Movimento (M). Enquanto que, na Língua Portuguesa existem 26 letras, no alfabeto na Libras até o momento,⁸ foram oficializadas 61 Configurações de Mãos, sendo que já existem pesquisas e comprovações de que este número aumentará.

Segundo o compêndio de Felten (2014)⁹ os Parâmetros primários são:

Configuração de Mãos (CM) consistem na forma da qual a mão do sinalizante toma ao produzir um sinal

Ponto de Articulação (PA) ou Locação (L) é o local onde incide a mão (direita ou esquerda) configurada, pode ou não tocar alguma parte do corpo, ou estar em espaço neutro que é do meio do corpo até a cabeça, ou em horizontal em frente ao emissor.

Movimento (M) é considerado um parâmetro complexo envolvendo muitas formas e direções. Pode se apresentar na parte interna da mão, como nos dedos, punhos, antebraços e braços. O movimento deve estar em consonância com a Configuração de Mão e em um determinado ponto que

⁸ Pesquisa publicada no ano de 2014.

⁹ Essas informações fazem parte dos estudos realizados por Eduardo Felten (2014, p. 2-5), da Universidade de Brasília (UnB), no artigo “Princípios e parâmetros da Língua de Sinais Brasileira”.

pode ser no espaço neutro, ou em algum ponto específico do corpo do sinalizante. O sinal pode ou não ter movimento.

Os Parâmetros secundários, porém, não menos importantes, é a orientação da palma da mão e as expressões não manuais, também chamadas de expressões faciais, estas dão o tom da conversa. São considerados parâmetros secundários:

Orientação da palma das mãos (Or) é a direção da qual a palma da mão está ao realizar um sinal, pode ser: a palma da mão voltada para cima, para baixo, para o corpo, para frente, para a direita ou para a esquerda.

Não manuais (ENM) contemplam o movimento da face, dos olhos, da cabeça ou do tronco ao sinalizar, consistem componentes lexicais marcam referência específica, referência pronominal, partícula negativa, advérbio, grau ou aspecto, aspectos gramaticais elementares na língua, essencial para uma comunicação fluente.

Segundo Tanya Amara Felipe (1998, p.108), a datilologia “[...] é usada para expressar nomes de pessoas, de localidades e outras palavras, mas com a ideia de uma única coisa, serão separadas pelo símbolo”. Ao buscar pesquisas referentes as práticas do TILS educacional, encontra-se Ana Cláudia B. Lodi e Cristina B. F. de Lacerda (2004), sendo que as autoras afirmam encontrar muitas pesquisas de outros países, já no Brasil [...] “pesquisas sobre o intérprete de língua de sinais em sala de aula são escassas, já que esse trabalho, quando é realizado, tem ainda um caráter experimental na maioria dos municípios” (LODI; LACERDA, 2014, p. 69). Dessa forma, necessita de mais tempo para que pesquisadores possam aprofundar suas pesquisas, e o trabalho do TILS de Libras ganhe mais estrutura, para que possa deixar de ser experiência e passe a ser efetivado positivamente.

Para encerrar a seção, apresentam-se as definições de Língua e Linguagem, a partir do Dicionário Luft (2000, p. 425): Língua é “sistema de signos verbais (vocabulário) e de regra de emprego desses signos (gramática), para efeito de comunicação, idioma”. E sob a concepção do mesmo dicionário a definição de Linguagem é “Faculdade humana de comunicação. Tudo que serve para exprimir ideias e sentimentos. Maneira peculiar de se expressar em palavras”. Observando as definições, essas vão ao encontro com o regulamentado na Lei Nº 10.436/02 onde a Libras é considerada Língua por possuir principalmente estrutura gramatical e sistema linguístico.

E para aprofundar um pouco mais essas definições, trago Quadros (2004), pois a autora reforça os conceitos do dicionário e o regulamentado em lei afirmando que:

[...] a língua é um fato social, ou seja, um sistema coletivo de uma determinada comunidade linguística. A língua é a expressão linguística que é tecida em meio a trocas sociais, culturais e políticas. As línguas naturais apresentam propriedades específicas da espécie humana: são recursivas (a partir de um número reduzido de regras, produz-se um número infinito de frases possíveis), são criativas (ou seja, independentes de estímulo), dispõem de uma multiplicidade de funções (função argumentativa, função poética, função conotativa, função informativa, função persuasiva, função emotiva, etc.) e apresentam dupla articulação (as unidades são decomponíveis e apresentam forma e significado). (QUADROS, 2004, p. 8).

Sendo assim, fica claro que para ser Língua, além de estrutura gramatical e vocabulário, também, depende de trocas sociais e da construção de regras.

Quadros (2004, p. 8) apresenta a definição de linguagem como “qualquer tipo de manifestação de intenção comunicativa, como por exemplo, a linguagem animal e todas as formas que o próprio ser humano utiliza para comunicar e expressar ideias e sentimentos, além da expressão linguística”. Complementando as concepções, há a definição dada por Quadros (2004) sobre Línguas de Sinais, essas são de modalidade viso-espacial captando as experiências visuais, e são reconhecidas por propriedades naturais pela linguística, e seu uso se dá em comunidades surdas, no entanto, são estudadas e praticadas por ouvintes, na maioria dos casos seus usuários ouvintes são familiares e amigos da pessoa surda ou Tradutores Intérpretes da Língua de Sinais.

Na próxima seção, trata-se um pouco mais do profissional TILS como a peça-chave da inclusão.

2.4 O PROFISSIONAL TILS COMO PEÇA-CHAVE NO PROCESSO DE INCLUSÃO

A inclusão está em nossas mãos. Iniciando o capítulo com essa frase icônica, vamos primeiramente diferenciar os termos integrar e incluir.

Incluir não é apenas permitir o acesso que é legalmente afirmado para todos de ter educação pública e de qualidade, isso é apenas integrar o aluno deficiente em sala de aula regular, incluir esse aluno vai muito além, está em dar oportunidade e condições para que ele possa aprender e ensinar.

A invenção das palavras exclusão e inclusão, são usadas para caracterizar distintas condições de vida, participação social, cultural, escolar, dentre tantas outras. Pois, vivemos em um momento, que não me parece passageiro, onde

peças consideradas diferentes, que não estão no padrão social seja por pertencer a outra cultura ou até mesmo uma língua diferente, ou seja, a minoria possui um histórico de exclusão. Admitir e compreender que excluir é uma prática comum de nossa sociedade é tão desafiador, quanto incluir esse diferente e permitir-se compartilhar.

Permitir, aceitar e entender que a inclusão do surdo é reconhecer uma diferença de língua e não uma deficiência. Pois, durante o processo histórico de emancipação da cultura surda e sua Língua, nota-se que o processo infelizmente fora de forma segregada.

A inclusão escolar é pensada por alguns autores como um imperativo, ou seja, algo que é imposto. De acordo com Maura Corcini Lopes et al (2010, p. 24):

[...] entendemos a inclusão na atualidade como um imperativo de Estado, ou seja, como um princípio que demanda ações do Estado sobre a população que quer governar. Mobilidade, acessibilidade e, por último, equidade foram constituídos como elementos fundamentais para que a inclusão universal se instituisse como uma forma de vida.

Sendo assim, a política educacional inclusiva que primordialmente incluía alunos com necessidades especiais em salas de aulas regulares, hoje em dia é vista como a única alternativa de incluir os indivíduos que não se encaixam no padrão da normalidade aceitável pela sociedade. Para a autora, atualmente a inclusão se dá de forma binária, de tal forma que, excluído é o sujeito que está fora da escola regular.

Desde a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 o processo de inclusão escolar está garantido legalmente e a partir desse, muitas outras ações, campanhas, decreto e novas leis foram realizadas com objetivo de aprimorar tanto o sistema educacional, assim como a inclusão educacional, ou não do nosso país. A mesma Constituição garante que todo aluno portador¹⁰ de deficiência tem direito a Atendimento Educacional Especializado em escola da rede pública, no caso do aluno com surdez o aprendizado e conhecimento só será possível se o professor usar a Libras ou o profissional peça-chave nesse contexto inclusivo. Logo, vamos de encontro com a falta de preparo dos professores, e o pouco número de TILS com

¹⁰ Ainda que seja o termo constante da Constituição Federal, não é a forma mais adequada. Pois, esse documento foi elaborado em um momento em que as palavras de conotação negativa eram usadas muito frequentemente, assim buscou padronizar o termo para que o foco saísse da deficiência e passasse para a pessoa. Sendo assim a autora sugere usar "pessoa com deficiência". Não sendo o caso de propor uma emenda a Constituição, podemos utilizar expressões mais adequadas. (GONZAGA, 2012, p.18-19).

formação adequada e fluentes no uso da Língua Brasileira de Sinais. Criando assim a grande meta do sistema educacional brasileiro: Incluir todos.

De acordo com Alfredo Veiga-Neto e Maura Corcini Lopes (2011) o conceito de inclusão pode ser descrito como um conjunto de práticas que leva os indivíduos olharem para si mesmos e para os outros. O reconhecimento de cada indivíduo é importante no processo de inclusão, reconhecer é promover igualdade para todos, sendo o caminho para uma educação igualitária.

A instituição escolar inclusiva vai muito além de adaptações arquitetônicas, está intrincada no próprio Projeto Político-pedagógico, na formação e conscientização dos professores e no olhar da sociedade para a igualdade dos diferentes.

Como poderá garantir o direito do aprendizado e conhecimento, se houver um interlocutor, e o receptor não conseguir acessar a informação que quisera passar. Nesse momento em que o profissional Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais é essencial como peça-chave da inclusão desse aluno não ouvinte, em uma sala de aula, na qual, o professor e os demais alunos são ouvintes. O trabalho desse profissional é essencial para uma verdadeira comunicação surdo/ouvinte no espaço educacional e/ou social. Além da mediação de comunicações o TILS, também, poderá engajar os demais funcionários em ações em prol da real inclusão, deixando a comunidade a par da legislação, e o uso de alguns termos equivocados como “surdo-mudo”, até mesmo, propor grupos de convivência ou atividade extraclasse, para ensino aprendizado da cultura surda e a Língua Brasileira de Sinais.

Baseando-se na cultura ouvinte surgiram tendências educacionais para as escolas. Para isso, é importante trazer mesmo que breve, alguns conceitos filosóficos acerca da educação de surdos. Ao encontro disso, a autora Maria Cecilia Rafael de Góes (1996) explica que o “Oralismo” ficou conhecido no final do século XIX, e encontra-se presente atualmente. Vale destacar que, durante o período da Idade Média, mais especificamente, nos séculos XVI, XVII e XVIII, a pessoa com deficiência era vista como um ser “incapaz” e até mesmo “anormal”, o que para a imagem de uma pessoa com surdez, isto, não era tão diferente. A autora ainda ressalta que, nesta época, o surdo era impedido de estabelecer uma comunicação com as outras pessoas “ditas normais” (GÓES, 1996) ou, em outras palavras, como as ouvintes. A partir disso, diversos métodos foram sendo desenvolvidos em prol

dos surdos para que conseguissem obter um ideal ouvinte. Nesse sentido, a autora Maura Corcini Lopes (2011) que coloca que,

Devido ao limite da comunicação, pela impossibilidade surda de conseguir apropriar-se da língua portuguesa, os sujeitos foram vistos como incapazes e considerados pessoas que, devido à surdez, apresentavam déficit cognitivo e dificuldade de socialização. (LOPES, 2011, p. 59).

Seguindo essa linha de raciocínio, pode-se notar que o oralismo está vinculado a questão da vigilância e do controle praticado sobre as pessoas com surdez (LOPES, 2011). É importante colocar que, este tipo de controle exercido antigamente, ainda continua sendo feito até nos dias de hoje, mas de outro modo bem mais sofisticado e meramente invisível.

Nos materiais já pesquisados, pode-se analisar de outra maneira, que iremos ver que há uma relação de dominação, a qual é aplicada na forma de poder e violência. Lopes (2011) afirma que, essas estratégias de dominação, que seriam as relações de poder/saber são para aqueles submetidos, que não possuem legitimidade para exigir outras posições. Dando continuidade as ideias de Lopes (2011) as relações de dominação pela violência eram estabelecidas mesmo conta a vontade surda. Denota-se que ocorriam essas relações de dominação pela violência na educação, pois os sujeitos surdos encontravam-se movidos pela falta de conhecimento, o que tinha a certeza de sua anormalidade, para que assim, pudessem ser atraídos pelas promessas de fala (LOPES, 2011) e pela transformação de cura. Sendo assim, pode-se dizer que, essas pessoas faziam isso para que pudessem ser *sujeitos a corrigir*, e assim, a sociedade poder inclui-los como “pessoas normais”.

Dando continuidade as filosofias de educação de surdos, Lopes (2011) salienta que, no final do século XIX, começaram a surgir novas rupturas e falhas com a dominação pelo oralismo. Na esteira desse pensamento, Góes (1996) argumenta que a “Comunicação total” (CT), como sendo uma das filosofias que marcaram algumas transições perante o contexto da educação. Um exemplo disso pode ser visto, nas palavras de Lopes (2011) que “[...]a comunicação total era vista como uma forma mais aberta e flexível de comunicação surda [...]” (LOPES, 2011, p. 63), pois facilitava “o uso de múltiplos meios de comunicação, buscando trazer para

a sala de aula os sinais utilizados pelas comunidades de pessoas surdas”. (GÓES, 1996, p. 40).

Para compreendermos estes desdobramentos de maneira mais clara, precisa-se colocar que a CT vem a ser uma filosofia que não se opõem a diferença surda, mas que “[...] possibilitaria aos indivíduos acesso a várias formas de aprendizagem e de interlocução linguística [...]” (LOPES, 2011, p. 63). Em outras palavras, os surdos iriam aprender tanto o português quanto a língua de sinais. Ao encontro disso, é necessário trazer a opinião da autora Lucinda Ferreira Brito (1993) que afirma que a CT é uma segmentação do oralismo. Ainda com as ideias da autora, ela salienta que não é possível “falar” as duas línguas simultaneamente. Explicando de outra maneira, podemos ouvir a Língua Portuguesa (LP) e sinalizar a Libras ou observar e analisar os sinais a partir da Libras e, depois falar a Língua Portuguesa.

Diante desses desdobramentos, se faz necessário ressaltar que, no século XX, inicia-se uma nova filosofia com a educação de surdos: o “Bilinguismo”. Com o passar das épocas, esta filosofia se opõe as demais concepções em educação sobre os surdos. Ao encontro disso, traz-se Lopes (2011) ao apontar que a língua de sinais é a língua própria dos surdos e “[...] que os bilinguistas lutavam para que a língua de sinais passasse a ser incorporada como primeira língua nas escolas”. (LOPES, 2011, p. 64). De certa forma, o bilinguismo é compreendido como sendo a primeira língua dos surdos, e que por isso, deve ser aprendida o quanto antes. No entanto, com a LP, a língua majoritária, deve ser a segunda língua a ser aprendida por eles.

3 METODOLOGIA

No presente capítulo será apresentada a metodologia adotada para a realização da pesquisa que deu origem a este trabalho.

A metodologia da pesquisa seguiu os seguintes passos: tipo de estudo, objeto/sujeito de estudo, instrumento e coleta de dados, procedimentos de coleta de dados e por fim procedimento de análise de dados.

3.1 TIPO DE ESTUDO

Para atingir os objetivos propostos no projeto de pesquisa foi utilizada a pesquisa de campo de viés qualitativo. A pesquisa qualitativa tem como principal objetivo aprofundar o conhecimento de um grupo social dando ênfase maior à qualidade dos dados, ao invés da quantidade. Para Tatiana Gerhardt e Denise Silveira (2009. p. 32) na pesquisa qualitativa, o pesquisador pode ser simultaneamente sujeito e objeto:

Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens.

A pesquisa de campo foi escolhida, nesse caso, por possibilitar a coleta de dados junto aos sujeitos da pesquisa, utilizando instrumentos criados pelo próprio pesquisador. Assim, foi possível verificar algumas práticas encontradas nas escolas, considerando aqueles que estão diretamente envolvidos no processo.

3.2 SUJEITO DE ESTUDO

Os sujeitos de estudo foram 04 (quatro) Tradutoras Intérpretes da Língua Brasileira de Sinais que trabalham em sala de aula regular, do Ensino Fundamental ao Ensino Médio, tanto na rede municipal quanto na rede estadual de Cruz Alta, RS.

3.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

O instrumento utilizado na pesquisa foi um questionário aplicado aos Tradutores Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais. O questionário continha questões relevantes para compreendermos como ocorre o trabalho diário dos TILS nas escolas regulares no município de Cruz Alta, RS.

3.4 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

O procedimento para coleta de dados utilizou os seguintes passos:

1º Mapeamento¹¹ no município de Cruz Alta, RS, a fim de localizar as escolas da rede municipal e estadual nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio que possuíssem aluno surdo ou com deficiência auditiva incluído em sala de aula regular e com auxílio do TILS de Libras.

2º Elaboração de um questionário, com perguntas fechadas e abertas direcionadas aos Tradutores Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais.

3º Aplicação do questionário aos TILS de Libras.

3.5 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados foi realizada a partir das respostas do questionário aplicado aos Tradutores Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais. As respostas dos sujeitos da pesquisa foram analisadas de acordo com as propostas dos autores que serviram de fundamentação teórica para o estudo. A análise dos questionários iniciou com a organização da leitura das respostas. Num segundo momento, foi realizada a leitura e análise das respostas mais significativas que deram suporte para a construção dos exercícios analíticos.

¹¹ Contato direto com a Secretaria Municipal de Educação de Cruz Alta, e com a 9ª Coordenadoria Regional de Educação em Cruz Alta.

3.6 PROCEDIMENTOS ÉTICOS

Para maior garantia dos participantes da pesquisa, os documentos serão arquivados na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Unidade em Cruz Alta, onde permanecerão por um período de 5 (cinco) anos a partir da data da coleta dos dados nas referidas escolas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo traz os resultados e as discussões que foram realizadas por meio dos excertos retirados dos questionários realizados com os sujeitos da pesquisa, ou seja, 4 (quatro) Tradutoras Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais.

Após contatar diretamente a Secretaria Municipal de Educação (SME) de Cruz Alta, e a 9ª Coordenadoria Regional de Educação (9ªCRE) em Cruz Alta, deparei-me com uma quantidade pequena de alunos surdos incluídos em sala de aula regular. A maioria desse público de educandos, por parte da Secretaria Municipal, é encaminhada para escolas de Educação Especial, já que a SME afirma não ter em seu quadro de funcionários profissionais qualificados para trabalharem na tradução e interpretação, e que nestas escolas de Educação Especial o aluno surdo tem mais oportunidades de aprender tanto a Libras quanto a LP.

Dessa maneira descreve Lopes (2011, p. 65) sobre a corrente do bilinguismo, indo ao encontro pelo que foi colocado pela SME:

A corrente do bilinguismo entende que a língua de sinais por ser a primeira língua dos surdos, deve ser aprendido o mais cedo possível. O português, como língua majoritária – ensinada de preferência, em sua modalidade escrita – deve ser aprendida pelo surdo.

Durante a pesquisa a SME salientou que o cargo de TILS educacional está com edital em formulação para ser aprovado pelos órgãos competentes e possível aplicação no próximo concurso. Da mesma maneira a 9ª CRE foi contatada e informou que 4 (quatro) funcionários estão atuando como TILS e todos os quatro estão atuando nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, pois as crianças da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental são encaminhadas para uma vaga nas escolas de Educação Especial. A pessoa responsável por essas informações afirmou que na escola de Educação Especial é possível que a criança tenha o primeiro contato com a Libras se alfabetizando em sua Língua primária e, posteriormente, apresentada a LP.

De acordo com o objetivo principal desse estudo, a intenção não foi saber do aluno surdo propriamente dito¹², mas sim das práticas dos TILS realizadas com

¹² Saliento que no questionário há somente uma pergunta referente ao aluno, mas tem-se como objetivo saber das relações entre surdos e ouvintes.

esses alunos. Sobre a quantidade de aluno surdos ou com deficiência auditiva a 9ª CRE informou que há um número total de alunos com deficiência, mas que não separa os dados por deficiência específica. Portanto, o número total de alunos surdos ou com deficiência auditiva não pode ser estipulado.

Com relação às profissionais, foi respondido que todas foram contratadas de modo emergencial¹³, pois não há profissionais desta categoria no banco de reservas.

No momento da pesquisa foram encontradas três escolas, em duas delas apenas um aluno surdo, demandado assim, apenas uma TILS de Libras. Na outra escola há três alunos surdos e apenas duas Tradutoras Intérpretes de Libras.

Após saber em quais escolas seria possível encontrar as TILS, pessoalmente, foi entregue para a equipe diretiva uma carta de apresentação bem com um Termo de Consentimento e, posteriormente, uma carta de anuência. Seguida da liberação da equipe diretiva foi feito o contato com a TILS, que após uma breve apresentação da acadêmica recebeu o termo de consentimento e livre esclarecimento e o questionário para ser respondido, apesar de poucas questões foi dado um prazo de quinze dias para os sujeitos responderem ao questionário.

O pouco número de sujeitos pesquisados fez com que cada retorno fosse de suma importância, em dois casos, o retorno foi quase imediato, pois houve diálogo aberto e troca de informações. No entanto, nos outros dois casos, o contato direto foi um pouco mais difícil, pois os sujeitos apresentaram um pouco de receio em responder ao questionário.

Ao elaborar o questionário para a coleta de dados, um dos objetivos era conhecer a formação acadêmica do sujeito de pesquisa, e ter mais conhecimento sobre as práticas do TILS de Libras em sala de aula regular. Também procurou-se saber, em quais os outros ambientes o sujeito de pesquisa está participante e inserido.

De acordo com as leituras realizadas para a sustentação teórica, ficou concebido que a Libras é considerada uma língua viva e em constante transformação, por isso, a atualização constante do profissional TILS de Libras é

¹³ Em uma conversa informal com uma das pesquisadas ela informou que está com contrato em caráter emergencial há mais de dois anos e aguardando o concurso público do Estado. Ela, complementa dizendo que, o déficit de TILS na educação é tão grande que muitas vezes elas não dão conta de atender corretamente a demanda de alunos.

indispensável, bem como, o contato com outras comunidades que façam o uso da Libras, garantindo assim, a troca de conhecimento. Por isso, que

Traduzir um texto em uma língua falada para uma língua sinalizada ou vice-versa é traduzir um texto vivo, uma linguagem viva. Acima de tudo deve haver um conhecimento coloquial da língua para dar ao texto fluidez e naturalidade ou solenidade e sobriedade se ele for desse jeito. (QUADROS, 2004, p. 69)

Assim como nas demais profissões a atualização através de cursos e seminários é importante, mas na Libras além do citado é possível atualizar-se praticando ou apenas tendo contato com comunidades surdas diferentes. Sabe-se que o melhor jeito de aprender Libras é praticando.

Após essa breve introdução, faz-se necessário explicar que esse capítulo foi dividido em três subtítulos para melhor articular as respostas dos sujeitos da pesquisa com o embasamento teórico. A seguir, será feito um breve apanhado sobre o perfil dos sujeitos de pesquisa, incluindo a faixa etária, dados sobre a formação e a respeito do público de trabalho.

4.1 PERFIL DOS SUJEITOS DE PESQUISA

Para garantir o sigilo dos participantes foi disponibilizado no questionário alternativas de faixa etária para que o sujeito assinalasse em qual se encaixaria. A maioria dos sujeitos da pesquisa encontram-se na idade média de 35 a 39 anos.

Em seguida perguntou-se sobre a formação acadêmica, já que a Lei nº 12.319/10 e o Decreto nº 5. 626/05, ambos mencionados e apresentados nessa pesquisa, para praticar a função assim como as demais profissões é necessária uma formação adequada, ou melhor dizendo, uma formação mínima. A respeito de sua formação, as respostas das participantes estão presentes no “Quadro 1”:

Quadro 1 - Sobre a formação acadêmica¹⁴

<p>“Pós-graduação em Libras e especializações afins”. (TILS A)</p> <p>“Graduada em Letras – Língua portuguesa e Literatura. Pós-graduada em Educação Especial; em AEE e Gestão Escolar. Especialização em TILS (em aperfeiçoamento).</p>
--

¹⁴ As respostas dos quadros são cópias literais das respostas manuscritas dos questionários.

Mestrado em Ciências da Educação e Doutoranda em Ciências da Educação”. (TILS B)

“Pós-graduada em Tradução e Interpretação da Língua Brasileira de Sinais e docência. Mestranda em Linguística”. (TILS D)

Fonte: Autora (2019).

De acordo com o “Quadro 1”, pós-graduação foi quase a resposta unanime, ou seja, TILS estão procurando aperfeiçoamentos, se especializando e dando continuidade na formação acadêmica. Nota-se que a TILS “C” não completou sua resposta a respeito da formação acadêmica ou poderá estar amparada pelo Art. 19, inciso I do decreto nº 5,626/05 que dispõe:

I - Profissional ouvinte, de nível superior, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e com aprovação em exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação, para atuação em instituições de ensino médio e de educação superior. (BRASIL, 2005).

De acordo com o artigo acima, foi dado um prazo de dez anos para que haja profissional qualificado para atuar profissionalmente com Tradutor e Intérprete de Libras. Sendo assim, os artigos e incisos após data de vencimento continuam válidos sobre quais circunstâncias? E como provar que não há mais profissionais com a titulação exigida, já que não houve concurso público e todas as pesquisadas estão em caráter de contrato emergencial há mais de um ano, de acordo com o relatado.

Ao refletir sobre as respostas dessas TILS acredita-se que elas estão incompletas, pois ao dialogar com elas durante a pesquisa notou-se que demonstram ter conhecimento e segurança para falar da Libras,

Foi indagado em quantas escolas e em quantas turmas as profissionais trabalham, já que na pesquisa para chegar até as TILS, foi possível verificar que algumas atuavam em mais de uma escola e/ou em mais de uma turma, e até mesmo com mais de um aluno no mesmo período. Sobre isso responderam:

Quadro 2 - Público contemplado

“Uma escola e um aluno atendido”. (TILS A)

“Trabalho em duas escolas com uma turma de AEE com atendimentos em contra turno atendimentos individualizados com todo o público de alunos com deficiências, TGDS e AH/SD. 25 alunos atendidos, destes 2 surdos que têm atendimento diário (no turno inverso), os demais uma vez na semana. Trabalho com LP para alunos do 6º ao 8º ano e Libras para o 7º ano”. (TILS B)

“1 escola, 1 um aluno surdo e em conferências mundiais sobre educação; em conferência de direitos humanos e com o público surdo”. (TILS C)

“Uma escola, duas turmas, dois alunos (em horários iguais), ou seja, divido o tempo para poder atender os alunos em salas diferentes”. (TILS D)

Fonte: Autora (2019).

Ao analisar as respostas percebeu-se que, há sim uma sobrecarga de trabalho, principalmente, ao observar-se atentamente as respostas da TILS “B” que, além de fazer a tradução e interpretação em uma sala de 7º ano, ministra LP para o 6º ao 8º, atende a Sala de Recursos no contraturno. Fica a dúvida de como ela realiza a Tradução e Interpretação quando a aula de LP ministrada por ela é na turma do 7º ano, na qual ela exerce a função de TILS de Libras. E continuando a análise da resposta dessa participante, ela informou que na Sala de Recursos ela atende diariamente 2 alunos surdos, que de acordo com o decreto nº 7611/11 em seu Art. 3º prevê como objetivo do atendimento educacional especializado assim descrito no inciso I “prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes” (BRASIL, 2011).

Dessa forma na sala de recurso poderá reforçar o ensino da Libras ou ajudar os alunos compreender a LP, dependendo da faixa etária é passível o uso das ludicidades, mas no caso em específico, faz-se o uso de recursos tecnológicos aliados à Libras.

Há sobrecarga, também, sobre a TILS “D”, que divide o pouco e precioso tempo entre dois alunos surdos, em salas diferentes durante o mesmo período de aula. Esses alunos necessitam que a TILS de Libras pratique sua função na mediação da comunicação em tempo total, que estão na sala de aula para poder receber a informação, internalizar e transformar em conhecimento.

Salientando que, nem toda pessoa surda passou pelo método educacional da comunicação total, ou seja, nem todo surdo sabe ou é adepto da leitura labial. Para Keli Silva e Ivone Oliveira (2016, p. 108) em seu estudo de caso destaca que o TILS: “[...] teve um relevante papel de mediador entre o aluno surdo e o conhecimento, sendo corresponsável por seu processo de apropriação do conhecimento”.

Analisando isso em relação à legislação, que de acordo com suas publicações, o aluno surdo tem o direito de ter em sala aula um profissional capacitado em tradução e interpretação. Sendo assim, esse aluno não é está usufruindo totalmente de seu direito de cidadão surdo.

No próximo subtítulo, tratar-se-á das práticas do TILS apresentando as respostas dos sujeitos participantes comentando-as a partir do embasamento teórico dos autores escolhidos para essa pesquisa.

4.2 AS PRÁTICAS APRESENTADAS

Com intuito de entender como se dá a prática do TILS em sala de aula, e quais as possíveis funções do profissional do dia a dia, acompanhando o educando surdo, no questionário foi formulada quatro questões acerca disso, para uma melhor compreensão e verificação, de acordo com o previsto como atribuições dessa profissão.

Inicialmente, os sujeitos pesquisados foram questionados sobre como se dá o trabalho em sala de aula. Como pesquisadora, esperava encontrar repostas ligadas às leituras realizadas onde a equipe docente estaria preparada e fazendo gozo da inserção e inclusão do profissional colega, usando-o como instrumento de comunicação. Mas o que se encontra na realidade são adaptações, pois, os docentes e o próprio TILS ainda estão em fase de experiência em relação as práticas dentro da sala de aula. Vale lembrar que, o TILS acaba sendo um professor particular para o aluno com surdez, tendo em vista que, se não fizer isso o aluno não conseguirá acompanhar o desenvolvimento da turma¹⁵.

¹⁵ Ressalta-se que nem todos aprendem da mesma maneira de forma homogênea, os alunos aprendem de maneira diferente a partir de suas potencialidades e suas necessidades.

É necessário dizer que, de acordo com o código de ética descrito por Quadros (2004) citada no referencial teórico do trabalho, o TILS não pode ser “professore particular”, sua função é de intermediar as comunicações do aluno surdo e demais participantes da rotina escolar. Porém, muitas vezes a turma possui grande número de alunos e conseqüentemente o professor titular não consegue dar a atenção necessária para cada indivíduo em suas necessidades e potencialidades, dessa forma, o TILS cria empatia sobre o aluno surdo, levando-o a auxiliar não só na comunicação, como também no pedagógico. Assim, o TILS deixa de lado por um momento sua função, e procura a melhor forma de auxiliar o aluno surdo em questões mais pedagógicas.

Sabe-se que, o TILS educacional tem “direito de serem auxiliados pelo professor através da revisão e preparação das aulas que garantem a qualidade da sua atuação durante as aulas” (QUADROS, 2004, p. 61). É de costume ao contratar um Tradutor e Intérprete de Libras para trabalhar em alguma palestra, conferência ou algo do tipo, que esse profissional solicite antecipadamente o material, resumo, assunto a ser tratado para que ele possa preparar-se com antecedência assim, dominando com mais segurança a língua. Vejamos o “Quadro 3” sobre as práticas das TILS em sala de aula.

Quadro 3 - Prática em sala de aula:

“Atuo como intérprete”. (TILS A)
 “No AEE os atendimentos são organizados de acordo com a necessidade de cada aluno”. (TILS B)
 “Considerando a importância do intérprete e sua participação nos espaços educacionais, ocorre uma inversão paradoxal em relação ao seu papel como mediador no âmbito escolar”. (TILS C)
 “Profissionalmente, nada além do necessário em sala de aula”. (TILS D)

Fonte: Autora (2019).

Ao analisar essas repostas, pode-se afirmar que as expectativas não foram alcançadas, pois não era isso que se espera ser respondido com exceção da TILS “C”, que parece estar realmente concebida de sua função como Tradutora Intérprete da Libras em sala de aula.

Refletindo sobre a inversão paradoxal em relação de ser mediador de comunicação, e pensando sobre as leituras realizadas, mas não citadas, e a prática na docência é possível dizer que, em relação à sala de aula nada pode ser engessado, e acredita-se que sim, o TILS educacional além de mediador da comunicação, também pode ser instrumento de informações para construção do conhecimento do educando.

Como justificativas, trazem-se as palavras de Eulalia Fernandes, Ângela Silva e et al (2015, p. 48) as situações de trocas devem favorecer:

A sala de aula deve ser um espaço que reconheça as relações no mundo, as relações com as culturas, os valores das diferentes culturas, criando sempre oportunidade de se buscar as múltiplas possibilidades de se solucionar um problema.

Como mencionado mais acima, é comum solicitar o material para preparação da tradução ou interpretação aos professores. No questionário, foi perguntado como era realizado o plano de aula, com o intuito de saber se haveria a participação do TILS, ou se ele receberia o material com antecedência. No quadro a seguir as respostas das TILS foram as seguintes:

Quadro 4 - Planejamento

<p>“É feito pela professora regente da turma”. (TILS A)</p> <p>“Os AEE são realizados em 3 momentos didático-pedagógicos; o AEE em Libras, o AEE para o ensino de Libras e o AEE em LP, na modalidade escrita. Os atendimentos trazem são feitos a partir da elaboração de Planos de Atendimentos Educacionais Especializados”. (TILS B)</p> <p>“Estabelecer benefícios e esclarecer algumas dificuldades e/ou desconfortos enfrentados pelos alunos surdos pois meu papel é só de intérprete”. (TILS C)</p> <p>“Não realizo planos de aula, nem participo da realização dos mesmos. Pois a função do TILS não há necessidade, mas se um professor pedir opinião jamais me negarei a ajudá-lo”. (TILS D)</p>
--

Fonte: Autora (2019).

É importante destacar duas respostas, na qual uma completa a outra, as TILS “C” e “D”. Ambas afirmam que realmente não é função da TILS desenvolver o planejamento da aula, porém as duas profissionais, por desejarem o pleno

desenvolvimento do educando, disponibilizam-se a auxiliar de algum modo quando solicitado.

Assim, nos mostra Taís Gurgel (2010, p. 113) em sua Tese, na qual entrevistou TILS no ensino superior, em relação à troca entre professor e TILS que o “contato amigável entre os profissionais não prejudica o trabalho de ambos e favorece o aprendizado do próprio aluno”. Acredita-se que, a participação e a colaboração mútua entre esses profissionais, só poderá engrandecer e melhorar o desenvolvimento do aluno.

Em uma conversa durante a entrega do questionário, uma das TILS confessou que em algumas disciplinas ela tem muita dificuldade de encontrar o sinal para determinadas palavras, termos usados na química, física, biologia e perde muito datilografando essas palavras, que além de diferentes e difíceis, muitas vezes o surdo não entende, Gurgel (2010, p. 72) dará sustento a discussão apresentada:

Quanto mais o intérprete conhece o conteúdo específico, melhor pode fazer a escolha de sentidos para verter de uma língua para outra. Cabe lembrar que os conteúdos são densos e complexos, existindo assim, a necessidade de preparação prévia (que nem sempre ocorre) e de que o aluno surdo tenha um bom domínio em Libras do léxico específico de sua área de conhecimento – condições nem sempre presentes – que dificultam ainda mais a atuação do intérprete.

Para que haja entendimento e evolução do léxico, muitas vezes essa profissional que relatou o fato, diz procurar vídeo-aulas *online*, com legenda e passa para o aluno ver em casa. É a forma que ela encontrou de usar a tecnologia como ferramenta de ensino. Para complementar esta questão, a autora Adriana da Silva Thoma (2002, p. 96) coloca que, o uso dessa ferramenta digital, pode ser visto como “dispositivo pedagógico”, o qual modula a opinião política e comportamental social do sujeito. Em outras palavras, este dispositivo pedagógico, de certa forma, poderá atuar como um modelador de identidades, pois muitas vezes o material impresso torna-se obsoleto, e desatualizado. A Libras em condição de Língua viva, utiliza a tecnologia como meio de atingir outras comunidades surdas e/ou ouvinte e, assim, realizar trocas de experiências, da mesma forma que a cultura juntamente com suas informações são disparadas para o meio virtual. No meio virtual, juntamente com a informações positivas, estão as falsas informações.

No próximo quadro, as respostas referentes a Tradução e Interpretação em atividades avaliativas. Sobre esse assunto os sujeitos da pesquisa informaram que:

Quadro 5 - Tradução e Interpretação em atividades avaliativas.

<p>“Interpreto os enunciados e as alternativas”. (TILS A)</p> <p>“As traduções e interpretações são realizadas conforme a necessidade do aluno, explicando de acordo com o contexto, atenta para não dar ou induzir as respostas”. (TILS B)</p> <p>“Sempre que possível esclarecendo suas dúvidas e desmistificando resultados em benefício”. (TILS C)</p> <p>“Em atividades avaliativas é necessário estar presente caso o aluno surdo necessite que traduza a ordem das atividades quantas vezes for solicitado”. (TILS D)</p>
--

Fonte: Autora (2019).

Ressalta-se que, em provas como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), e as aulas e provas para aquisição da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) (apenas em alguns centros), a presença do TILS está sendo substituída por uma gravação de vídeo, sendo esse legendado e tendo o assunto especificado na tela. Em algumas ocasiões, principalmente, nos momentos de provas optativas, pode-se entender que em situações como esta, o TILS pode induzir alguma resposta, mesmo que de maneira sutil para o candidato surdo. Isto, poderá beneficiar de certo modo esse candidato. Portanto, o TILS deve ser fiel a primeira tradução ou interpretação da questão apresentada na prova.

Analisando as respostas, é possível verificar a questão da ética presente nas práticas das Tradutoras Intérpretes de Libras. É ético que o TILS não induza a resposta, porém, isso não o impede de repetir o enunciado, a ordem, ou o que se pede na questão avaliativa quantas vezes for solicitado. Nesse caso o TILS não pode dizer o significado da palavra, e ou encontrar sinônimos, é possível que o TILS inúmeras vezes datilografe a palavra assim como o enunciado. Em casos em que a atividade profissional do TILS seja solicitada para algum tipo de avaliação, ele, o TILS deve interpretar e traduzir com a máxima fidelidade.

Para embasar o comentário retomo o Decreto nº 5.626/2005, capítulo IV, artigo 14, quando ele diz que as instituições de ensino devem:

VI - Adotar mecanismos de avaliação coerentes com aprendizado de segunda língua, na correção das provas escritas, valorizando o aspecto semântico e reconhecendo a singularidade linguística manifestada no aspecto formal da Língua Portuguesa;

VII - desenvolver e adotar mecanismos alternativos para a avaliação de conhecimentos expressos em Libras, desde que devidamente registrados em vídeo ou em outros meios eletrônicos e tecnológicos; (BRASIL, 2005).

Dessa forma ressalta-se também, que há uma diferença na escrita surda, algumas regras gramaticais da LP não servem para a gramática surda, por exemplo, as preposições indispensáveis para nossa comunicação escrita e oral da Língua falada, para a pessoa com surdez não fazem sentido. Assim como a conjugação verbal, a Libras¹⁶ usa os verbos no infinitivo, o que dá a noção de tempo é o contexto da frase. É importante colocar que, na Libras as expressões faciais são responsáveis por dar a entonação na conversa, pois é através das expressões faciais que podemos perceber se a frase é uma pergunta, uma afirmação, ou até mesmo, se essa frase expressa alegria ou tristeza. Da mesma forma, pode-se entender a noção de quantidade e de distância a partir da expressão facial; nesses casos, destaca-se a boca.

Escrever ou falar em Libras tal qual é no português, respeitando a ordem da frase, as conjunções e preposições assim como a conjugação verbal é o que se chama de “Português Sinalizado” e, conseqüentemente, não fará sentido para a pessoa surda. Ao ler ou receber uma informação assim, salvo a exceção para os casos de interpretação e de tradução em contextos avaliativos, na qual a transcrição deverá ser a mais próxima da ordem. Ainda nesse contexto, a comunicação em Libras é simples, não precisa de ordem, já que é possível usar o verbo antes ou depois dos adjetivos.

Por isso, o professor deve avaliar a LP usada pelo surdo, a qual precisa-se ter um conhecimento do fato e como previsto no Decreto nº 5.626/2005 citado anteriormente, desenvolver e adotar mecanismos diferenciados de avaliação. Pois, o texto de uma pessoa surda apresenta uma estrutura muito diferente e, principalmente, não segue a estrutura da Língua Portuguesa. Assim como previsto, o professor então, deverá adotar uma forma de avaliação tendo que desprezar a fidelidade a estrutura gramatical regente da LP.

Em relação aos recursos utilizados em sala de aula, vejamos o quadro 6:

¹⁶ Para resumir, a Libras usa na formação de frases verbo no infinito, adjetivo e substantivo sempre são acompanhados da expressão facial. Por exemplo, a quantidade e distância. Ao escrever usa-se “perto, longe, muito, pouco”, mas ao falar esses substantivos pode ser substituído por expressões faciais. Para diferenciar o gênero basta informar na conversa se diz respeito a um “Homem” ou “Mulher”.

Quadro 6 - Recursos em sala de aula

“Aplicativo *Mand Talk* e recursos como o celular para acessar *sites* e materiais em Libras impressos”. (TILS A)

“Dicionários virtuais e impressos, *softwares* e aplicativos”. (TILS B)

“Como intérprete não, pois o intérprete tem que ser fluente na língua falada/sinalizada de seu país”. (TILS C)

“Sim. A utilização do celular é último recurso para pesquisar imagens de sinais que são muito complexos para surdos, e quando ele realmente não consegue visualizar mentalmente”. (TILS D)

Fonte: Autora (2019).

Ao analisar as respostas acima uma das pesquisadas, elas afirmam que fazem o uso de vídeos e redes sociais com legenda, neste caso, as chamadas de *Closed Caption* ou as janelas para intérpretes. Vale dizer que, essas acessibilidades estão previstas na Lei nº10.098/00. Sendo assim, essa lei garante a acessibilidade da pessoa com surdez, permitindo-a realizar a leitura da legenda ou ver o TILS.

As TILS “A” e “B” afirmam usar a tecnologia como instrumento de pesquisa, visando os processos de ensino e de aprendizagem. Sendo assim, as tecnologias, principalmente a informática e as redes online, facilitam a vida do surdo, possuindo assim, legendas e ou janelas de TILS. Isso se torna fundamental para a TILS ter o recurso de pesquisa online para consultar opções de sinal e sinônimos e assim construir e melhorar seu sinalário.

Contudo, essas novas tecnologias disponibilizam alguns aplicativos para os telefones celulares, como o mencionado pela TILS “A”. Esse aplicativo tem um avatar com nome de Hugo, o qual possui um grande sinalário em Libras. Vale dizer que, essa pesquisa pode ser feita por voz ou por digitação. Em razão disso, na comunidade surda as opiniões se dividem a respeito do aplicativo, pois acontece algumas mudanças de sinais em relação ao regionalismo, ou em sinais homônimos¹⁷ e sinônimos.

Apresento como último subtítulo dos resultados e discussões as inter-relações entre o surdo e o ouvinte.

¹⁷ No uso da Libras não se aplica a pronúncia e sim os parâmetros da construção do sinal.

4.3 INTER-RELAÇÕES

Com a curiosidade de saber como se dá as inter-relações entre o aluno surdo e seus colegas de sala e comunidades escolar, e qual a relação da intérprete nesta situação questionei como alunos ouvintes interagem com a TILS de Libras e com o aluno (s) surdo ou deficiente auditivo durante a aula, bem como, acontece essa comunicação.

Quadro 7 - Integração TILS/surdo/ouvinte

“Sim. Os alunos se interessam em se comunicar com o aluno surdo e se dirigem ao intérprete para saber os sinais”. (TILS A)

“Sempre é oportunizado aos alunos, sejam ouvintes, sejam surdo a Libras como comunicação com vistas a perspectiva bilíngue”. (TILS B)

“Sempre, pois é uma troca de conhecimento e aprendizado. Rodas de conversas e trocas de experiências”. (TILS C)

“Sim. Os alunos querem conversar com os colegas surdos. Então muitas vezes perguntam como é tal sinal e depois reproduzem para o surdo. Outras vezes pedem para interpretar a fala pois acham mais rápido e lindo quando @ intérprete está em ação”. (TILS D)

Fonte: Autora (2019).

Unanimemente as Tradutoras e Intérpretes de Língua de Sinais expõem que há comunicação e interação entre o surdo e demais participantes da comunidade escolar. Salienta-se que elas são solicitadas para demonstrar como fazer o sinal ou intermediar essa comunicação. Ao encontro disso, Leite (2005) afirma que, a concretização e significação do pensado e falado, só fará sentido se houver interação com outro, iguais e diferente pois: “para que as coisas do mundo façam sentido para nós, é necessário que estabeleçamos conexões entre elas, entre as coisas presentes e outras já experienciadas” (LEITE, 2005, p. 89).

A TILS “D” em sua resposta usa o caractere “@”, sendo esse, muito comum em textos e/ou comunicações escritas de surdos, o qual representa a desinência de gênero. Como comentado acima, ao escrever em Libras, usa-se uma estrutura diferente, e para dar a desinência de gênero o caractere “@” substitui o feminino ou masculino, na Libras sinalizada. Basta que o usuário em algum momento da frase

informe se a pessoa é homem ou mulher e o restante dependerá das expressões faciais.

Acredita-se que cabe a equipe diretiva da instituição aproveitar a integração do aluno surdo, a presença do TILS de Libras e a curiosidade da comunidade escolar para socializar de uma forma mais formal a Libras, poderia ser por meio de uma disciplina a mais em sua grade curricular ou por meio de oficinas e minicursos.

Por enquanto a Disciplina de Libras é obrigatória apenas em alguns cursos de graduação e, infelizmente, tem uma carga horária insuficiente para aquisição da comunicação fluente. Fica registrado, que seria muito importante para real integração e educação bilíngue se a disciplina Libras fosse parte pertencente das disciplinas e conteúdos obrigatórios desde a educação infantil, até nos cursos de licenciatura. O formando poderia sair com uma mínima noção de Libras, para assim poder atender seus educandos.

Para continuar discutindo sobre as interações, buscou-se saber se fora da sala de aula as TILS de Libras pesquisada mantem contato com a comunidade surda, se a participação é informal ou profissional. Para análise, as respostas estão dispostas no quadro abaixo:

Quadro 8 - Integração fora do ambiente escolar

“Sim. Tanto informalmente quanto formalmente”. (TILS A)

“Participo ativamente da comunidade surda, seja informal ou profissionalmente, há uma troca significativa entre surdos e ouvintes”. (TILS B)

“Sim. Informal e profissionalmente”. (TILS C)

“Tenho contato com surdos fora da sala de aula e da comunidade da nossa cidade, onde tratamos de assuntos profissionais relacionados a língua de sinais, aos movimentos surdos, as políticas públicas e a profissão de TILS”. (TILS D)

Fonte: Autora (2019).

Para dar suporte teórico a última análise da pesquisa, usara-se novamente a tese de Gurgel (2010) referente a interação dos TILS, pois:

Locais com um grupo grande de TILS possibilitam trocas profissionais entre eles, multiplicidade de trabalhos, intercâmbios de conhecimentos e experiências, entre outros aspectos que podem favorecer a formação em

exercício destes profissionais, apoiada nas diversas experiências de seus colegas de trabalho. (GURGEL, 2010, p. 108)

A partir disso, infelizmente, em cidades pequenas não é possível encontrar um grande grupo. Porém em nossa região está ocorrendo mais eventos em prol da comunidade surda, e pode-se dizer que o TILS é um ser atuante nessa comunidade. Na condição de ouvinte poderá auxiliar na verificação da veracidade de informações que chegam até o grupo, poderá fazer a divulgação da Libras para os demais grupos e, principalmente, a TILS é o agente de troca entre comunidades surdas, quando essa comunidade, grupos surdos não tem o contato direto, é esse profissional que faz a ponte entre um grupo e outro partilhando conhecimentos e experiências.

As Inter-relações de conhecimento, nivelamento léxico do sinalário, também acontecem de uma forma muito rica ao participar em diferentes comunidades surdas. É importante trazer a opinião da TILS “D” que afirma ser uma participante ativa do movimento surdo, e pode ser considerada uma disseminadora da cultura surda e ouvinte, dessa forma ela faz o intercâmbio entre as culturas.

O biculturalismo e o bilinguismo, apresentados por Lopes (2011, p. 66) nesse contexto em que o TILS transita em uma cultura ouvinte e surda simultaneamente, faz ele pertencente das duas culturas, mas de uma forma híbrida, onde o sujeito nasce uma cultura e conquista a outra. Ao encontro disso, às definições feitas por Perlin (1998) a respeito da identidade surda.

Para afirmar as ideias de interações complemento com a reflexão de Gurgel (2010, p. 50):

Referindo-se ao intercâmbio com outros colegas e convívio com a comunidade surda, podemos afirmar que, apesar de o TILS também atuar em equipe, ocorrem situações em que se sente solitário na sua atuação. Assim, ao atuar em grupo, os profissionais, além de praticarem sua proficiência, conhecem novos sinais e maneiras mais adequadas de dizer nesta ou naquela língua, o que permite, entre os intérpretes, uma troca de modos de dizer, de escolhas, de modos de produzir sentidos em cada uma das línguas, de termos e expressões mais adequadas que são alternativas próprias de um coletivo profissional. Isso possibilita que cada um conhecendo bem o que se passa no trabalho do outro possa colaborar para elaborar diversas situações e refletir sobre elas.

Quando a TILS “B” participa ativamente de uma comunidade surda do município, que ao inspirar-se no movimento surdo da região, vem pouco a pouco ganhando integrantes, surdos e ouvintes em sua comunidade, ainda é um

movimento pequeno, pois precisa de amparos legais mas tem muita força de crescer, ser vista e aceita. No momento os principais representantes são surdos que estão se graduando, a TILS "B", o restante do grupo é composto pela fonoaudióloga do município, alguns de seus pacientes surdos e ouvintes curiosos e que por meio de estudo querem saber mais da língua.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa intitulada “Práticas do Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais na Sala de Aula Regular: Dados do Município De Cruz Alta, RS” buscou mapear as escolas que pertencente à rede municipal e à rede estadual de ensino do município de Cruz Alta, RS, mais especificamente as escolas que trabalham com os anos finais do Ensino Fundamental e com o Ensino Médio, que possuam alunos surdos ou com deficiência auditiva incluídos em sala regular. Tal mapeamento visou contabilizar o número de alunos surdos ou com deficiência auditiva incluídos no município e, ainda, localizar o local de trabalho dos Tradutores e Intérpretes. Também verificar algumas das práticas desenvolvidas pelo profissional TILS de Libras na escola regular, bem como fazer um levantamento acerca da legislação referente à Libras.

A partir das análises, é possível concluir que existe a inclusão do aluno surdo com o TILS em sala de aula regular, mas ainda não há a inserção dos mesmos nesse espaço. A legislação referente a esse direito existe, o que não há é aceitação de uma cultura paralela aos ouvintes, já que se nota um grande despreparo tanto da instituição quanto de seus funcionários para trabalhar com o TILS de Libras como um instrumento mediador de enriquecimento dos processos de ensino e de aprendizagem. Também foi perceptível que muitas vezes o Tradutor e Intérprete de Libras tem ficado sobrecarregado pelo excesso de trabalho nas escolas.

Ressalta-se, a legislação necessita de atualização ou uma simples revisão, pois há lacunas, nas quais os TILS não sabem como proceder. Em relação ao desempenho do TILS educacional, seria demais coerência se houvesse uma cartilha ou algo como semelhante ao código de ética.

Percebe-se que é uma profissão relativamente nova, tanto o TILS educacional quanto a equipe docente e discente das instituições não sabem que postura ter, como mencionado no capítulo anterior, seria interessante se a comunidade escolar tivesse um contato mais formal e profundo com a Libras, até que um dia ela seja promulgada disciplina obrigatória em todos os níveis de ensino.

Em relação à formação do TILS, desde a publicação da Lei nº 12.319/10, é possível notar uma melhoria na qualidade e na disponibilidade de cursos assim como a crescente demanda deste profissional. É possível ver o movimento surdo ganhando mãos, nos meios de comunicação e principalmente na política.

A partir deste estudo, salienta-se que os objetivos da pesquisa foram alcançados, devendo-se ainda dar continuidade ao estudo sobre as práticas dos Tradutores e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais na sala de aula regular. Podendo ser por meio de estudo de caso ou em uma participação ativa junto ao TILS, de modo que é um tema que precisa ser trabalhado para que de fato a inserção surda aconteça. Também, foi possível concluir que a partir das leituras do embasamento teórico, que a história da Libras é relativamente nova, mas suas conquistas foram marcantes, inclusive, com o engajamento dos ouvintes que participam da comunidade surda. Ainda há muito o que se esperar desse movimento que fala com as mãos e escuta com os olhos.

REFERÊNCIAS

BISOL, C. A. & Valentini, C. B. **Surdez E Deficiência Auditiva - Qual A Diferença?** Objeto De Aprendizagem Incluir – UCS/FAPERGS, 2011. Disponível em: <http://www.grupoelri.com.br/Incluir/downloads/OA_SURDEZ_Surdez_X_Def_Audit_Texto.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2019.

BRASIL, **Decreto nº. 5.626 de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm>. Acesso em: 27 out. 2019.

_____, **Decreto nº. 7.611 de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm>. Acesso em: 27 out. 2019.

_____, **Lei nº. 10.098 de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 27 out. 2019.

_____, **Lei nº. 10.436 de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm>. Acesso em: 27 out. 2019.

_____, **Lei nº 11.796 de 29 de outubro de 2008**. Institui o Dia Nacional do Surdo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11796.htm>. Acesso em 27 out. 2019.

_____, **Lei nº. 12.319 de 01 de setembro de 2010**. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm>. Acesso em: 27 out. 2019.

_____, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Emendas Constitucionais de Revisão. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 27 out. 2019.

_____, Ministério da Educação. Portaria nº 555, de 05 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. **Política de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2019.

FELIPE, Tanya Amara. **A relação Sintético-Semântica dos Verbos na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)**. 1998 298f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Pós-Graduação, Departamento de Linguística em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 1998.

FELTEN, Eduardo. **Princípios E Parâmetros Da Língua De Sinais Brasileira**. Universidade de Brasília-UnB. 2014. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/21493>> Acesso em 09 abr. 2019.

FERNANDES, Eulalia; SILVA Ângela Carrancho da; e *et al.* **Surdez e Bilinguismo**. 7. Ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.

GERHARDT, Tatiana Engel; e SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

GONZAGA, Eugênia Augusta, 1969. **Direitos De Pessoas Com Deficiência: Garantia De Igualdade Na Diversidade**. – 3 Ed – Rio de Janeiro: WVA Ed., 2012.

GURGEL, Taís Margutti do Amaral. **Práticas E Formação de Tradutores Intérpretes De Língua Brasileira De Sinais No Ensino Superior**. Universidade Metodista de Piracicaba Faculdade de Ciências Humanas Programa de Pós-Graduação em Educação. Piracicaba, SP, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/185113>>. Acesso em: 10 set. 2018.

LEITE, Emeli Marques Costa. **Os Papéis Do Intérprete De Libras Na Sala De Aula Inclusiva** – Coleção cultura e diversidade. Editora Arara Azul. Petrópolis – Rio de Janeiro. 2005.

LIBRAS. **Setembro Azul**. 2018. Disponível em: <<http://www.libras.com.br/setembro-azul>>. Acesso em 09 nov. 2019

LODI, Ana Claudia B. e LACERDA, Cristina B. F. de. **Uma Escola, Duas Línguas: Letrando Em Língua Portuguesa E Língua De Sinais Nas Etapas Iniciais Da Escolarização**. - 4 ed – Porto Alegre: Mediação, 2014.

LOPES, Maura Corcini. **Surdez e Educação**. 2 Ed. Revisado e ampliado. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

_____, Maura Corcini [et al]. **Inclusão E Biopolítica**. Cadernos IHU ideias. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Ano 8. Número 144. ISSN 1679-0316. 2010 Disponível em:

<<http://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/144cadernosihuideias.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2019.

LUFT, Celso Pedro, **Minidicionário Luft**. São Paulo; Ática, 2000.

ONU, **Declaração universal dos direitos humanos**. Assembleia Geral das Nações Unidas. 10 de dezembro de 1948. Disponível em:
<https://www.google.com/search?q=declara%C3%A7%C3%A3o+universal+direitos+humanos&rlz=1C1SQJL_pt-BRBR840BR841&oq=declara%C3%A7%C3%A3o+univer&aqs=chrome.0.0j69i57j69i59j0l3.9922j0j8&sourceid=chrome&ie=UTF-8>. Acesso em: 03 mar. 2019.

PERLIN, Gladis. **Identidades Surdas**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

QUADROS, Dra. Ronice Müller de. **O Tradutor E Intérprete De Língua Brasileira De Sinais E Língua Portuguesa** / Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos - Brasília: MEC; SEESP, 2004.

SALLES, Heloisa Maria Moreira Lima [at al.] **Ensino Da Língua Portuguesa Para Surdos: Caminhos Para A Prática Pedagógica**. Vol. 1. Programa Nacional de Apoio à Educação dos surdos. Brasília, MEC, SEESP, 2004. 1v.

SALLES. Heloisa Maria Moreira Lima. **Ensino Da Língua Portuguesa Para Surdos: Caminhos Para A Prática Pedagógica**. Programa Nacional de Apoio à Educação dos surdos. Brasília, MEC, SEESP, 2004. 2v.

SANTOS, I.; GRILLO, J.; DUTRA, P. **Intérprete Educacional: Teoria Versus Prática** - Texto adaptado, extraído da Revista da Feneis nº 41, set-nov, 2010. p. 26-30. Disponível em:
<http://www.letras.ufmg.br/padrao_cms/documentos/eventos/dialogosdeinclusao/Intereprete_educacional.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2019.

SILVA, Keli Simões Xavier e OLIVEIRA, Ivone Martins de. **O Trabalho Do Intérprete De Libras Na Escola: Um Estudo de Caso**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 41, n. 3, p. 695-712, jul./set. 2016<<http://dx.doi.org/10.1590/2175-623661085>>. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2175-62362016000300695&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 10 jun. 2019.

STROBEL, Karin. **História Da Educação De Surdos** – Universidade Federal de Santa Catarina, Licenciatura em Letras-Libras na modalidade a distância. Florianópolis, 2009. Disponível em:
<http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificahistoriaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBase_HistoriaEducacaoSurdos.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2019.

THOMA, Adriana da Silva. **O cinema e a flutuação das representações surdas:** "Que drama se desenrola neste filme? Depende da perspectiva...". 2002. 258f. Tese (Doutorado em Educação) -- Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2002.

VEIGA-NETO, Alfredo; LOPES, Maura Corcini. **Inclusão, Exclusão, in/exclusão.** Verve, 20: 121-135, 2011. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/14886>>. Acesso em: 28 jul. 2019.

APÊNDICE A - Questionário

Caro (a) Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais.

Este questionário faz parte de uma pesquisa intitulada “Práticas do tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais na sala de aula regular: dados do município de Cruz Alta, RS”.

Declaro, que os dados aqui obtidos serão apenas utilizados para fins de estudos. No caso de publicação deste, ou parte deste, o anonimato lhe será garantido. Agradeço a sua colaboração.

Atenciosamente,

Laura Pereira Farias

Acadêmica do Curso de Pedagogia

1. Sexo: () Masculino () Feminino

2. Faixa etária (idade):

- a. () 20 a 24 anos () 25 a 29 anos () 30 a 34 anos
b. () 35 a 39 anos () 40 a 44 anos () 45 a 49 anos
c. () 50 a 54 anos () 55 a 59 anos () mais de 60 anos

3. Qual sua formação acadêmica:

R: _____

4. Trabalha em quantas escolas? Quantas turmas? Qual o número de alunos atendidos?

R: _____

5. Como ocorre seu trabalho em sala de aula?

R: _____

6. Com é realizado o plano de aula?

R: _____

7. Como realiza o trabalho de tradução e interpretação em atividades avaliativas?

R: _____

8. Usa algum recurso para auxílio em sala de aula?

R: _____

9. Os alunos ouvintes interagem com você e com o aluno (s) surdo ou deficiente auditivo durante a aula? Como acontece?

R: _____

10. Participa de comunidade surda ou tem contato com surdo (s) ou pessoa com deficiência auditiva fora da sala de aula? Se sim, informal ou profissionalmente?

R: _____

Obrigada pela sua participação!